



Uma análise das finanças de Macaíba/RN

Instituto Latino-americano de Estudos
Socioeconômicos (ILAESE)

Março de 2017



ELABORAÇÃO

Este estudo é uma produção do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) coordenado por Gustavo Machado. Tem por objetivo analisar as finanças públicas do município de Macaíba-RN, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da saúde.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional e pelo Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

O Portal Transparência do município foi utilizado apenas como fonte complementar. O motivo disso é que esse portal não é nada transparente. Comumente fornece informações desatualizadas e dispersas. Apenas em último caso recorreremos a essa fonte.



OBSERVAÇÃO METODOLÓGICA

No curso desse estudo, diferentes tipos de receitas municipais foram consideradas. Isso ocorre porque distintas leis levam em conta distintas receitas. Por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores, leva em conta a Receita Corrente Líquida. Já o mínimo constitucional a ser aplicado em Educação e Saúde leva em conta apenas a Receita oriunda de transferências e impostos.

Em nenhum desses casos, se considera a Receita Total do município, limitando ainda mais os pisos constitucionais.

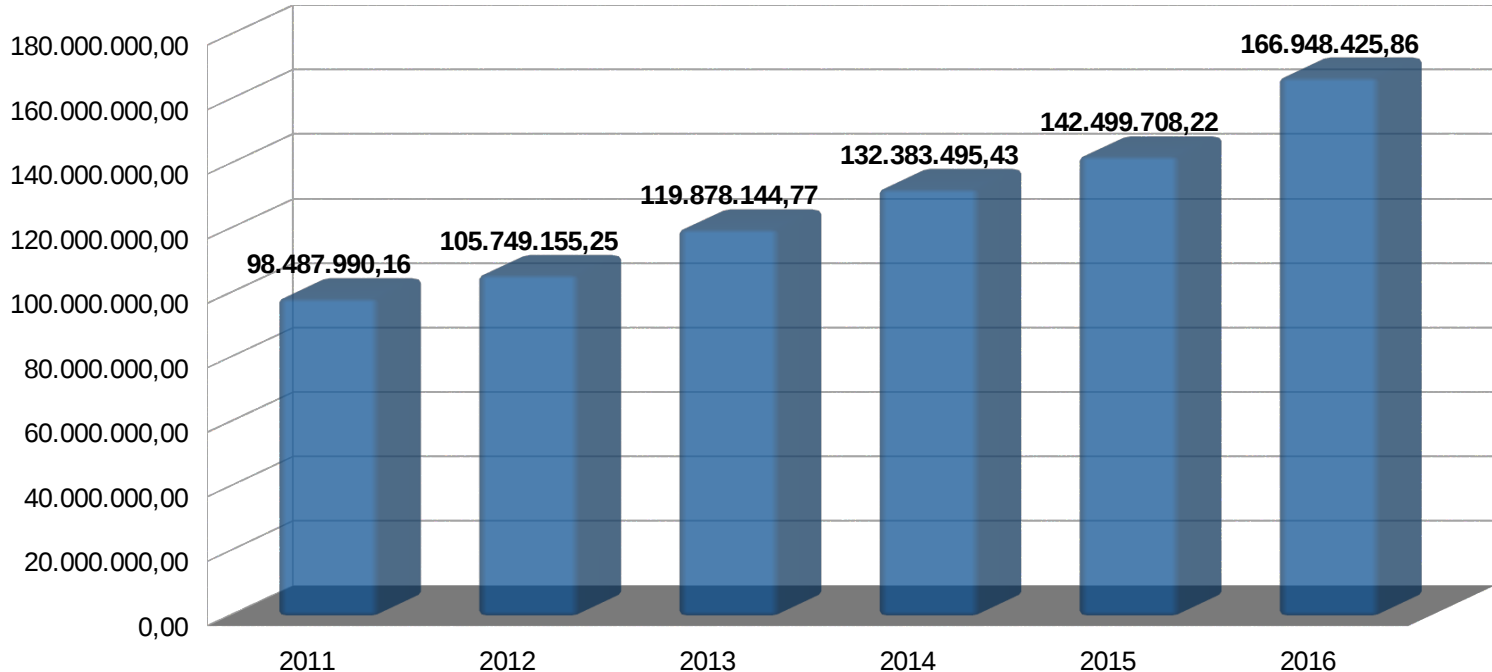


RECURSOS



Receita Total

Receita Corrente (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional – Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

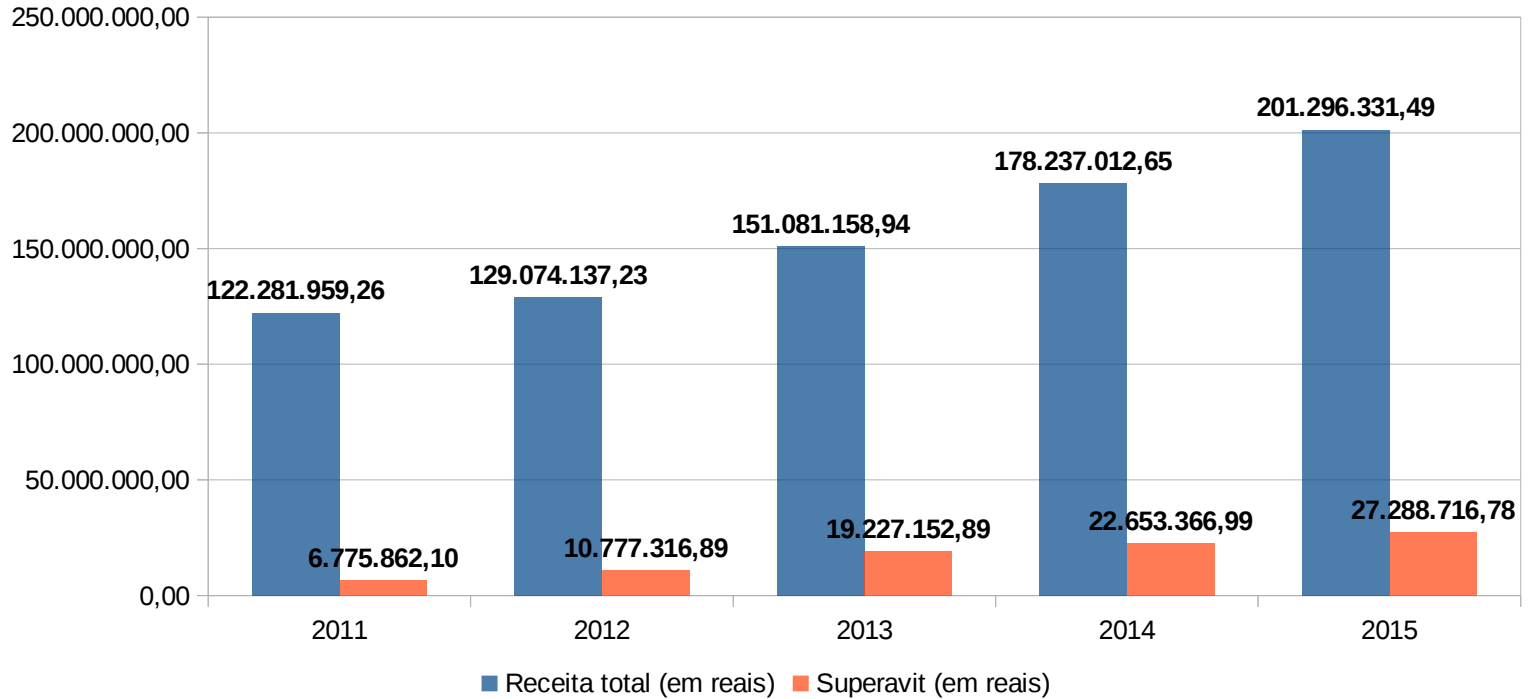
A arrecadação do município de Macaíba-RN cresceu 69,5% entre 2011 e 2016. Este crescimento é muito superior à inflação do período que, segundo o índice do INPC, ficou em 49,82%. Isso significa que a tendência dos últimos anos foi de crescimento real nas receitas da prefeitura, permitindo maiores investimentos em todas as áreas.

Receitas correntes cresceram cerca de 70% em 6 anos.



SUPERAVIT

RECEITA TOTAL X SUPERAVIT



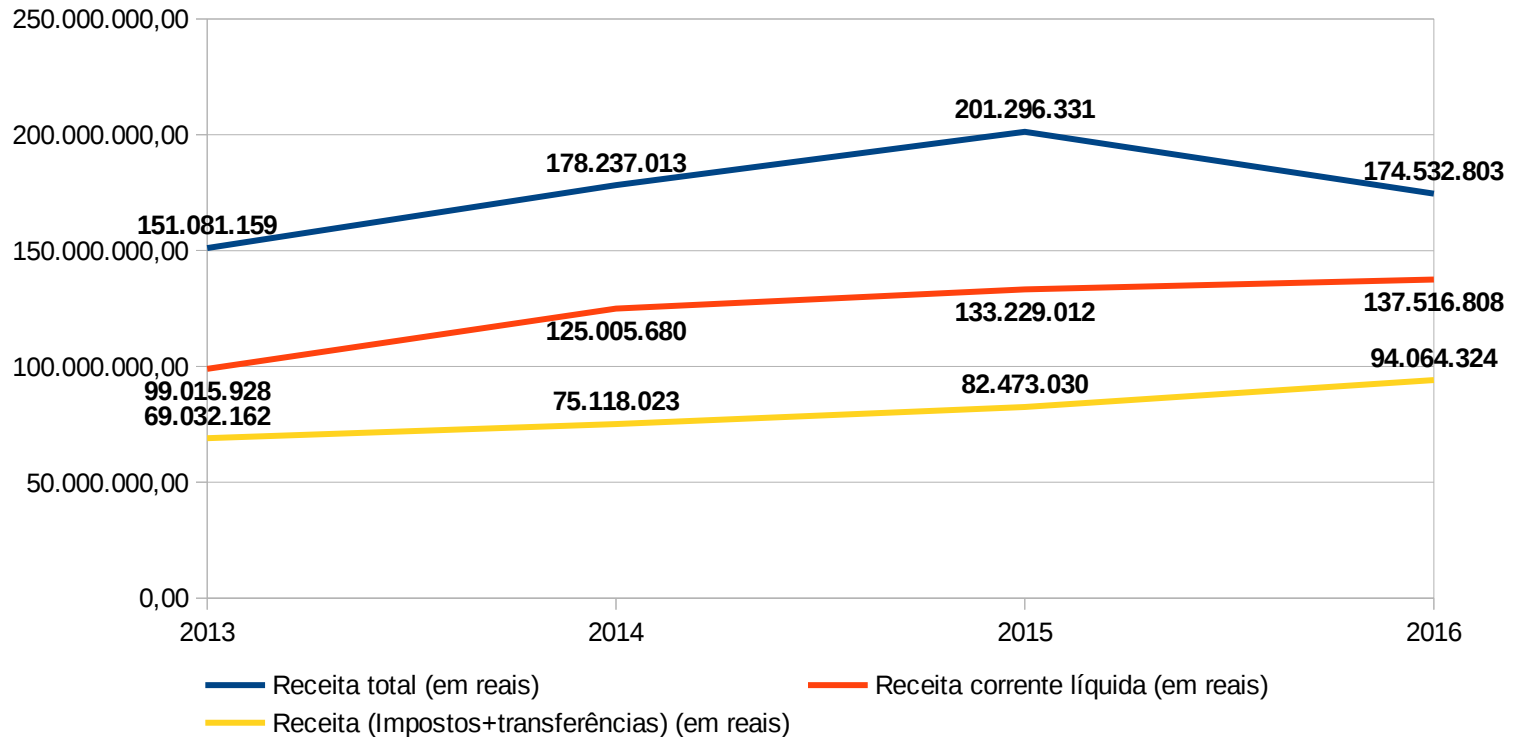
Fonte: Portal da Transparência de Macaíba. Elaboração: ILAESE

O crescimento real da receita municipal de Macaíba implicou em um superavit crescente entre 2011 e 2015 (ainda não existem dados de 2016 sobre esse aspecto). O superavit cresceu 327% passando de 6,8 milhões de reais em 2011 para mais de 27 milhões em 2015.

O saldo na receita do município passou de 6,8 milhões de reais em 2011 para mais de 27 milhões de reais em 2015.



Receitas



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Acima mostramos as diversas receitas da prefeitura de Macaíba. A Receita Total considera toda arrecadação do município, seja qual for a origem. Ela não é usada para o cálculo de nenhum piso constitucional. A receita corrente líquida não considera o superavit do ano anterior e é utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os pisos constitucionais da educação e saúde são calculados com as Receitas oriundas de impostos e transferências, que é a menor que todas receitas anteriores.

Receita para o cálculo dos pisos constitucionais é apenas 39% da Receita Total.

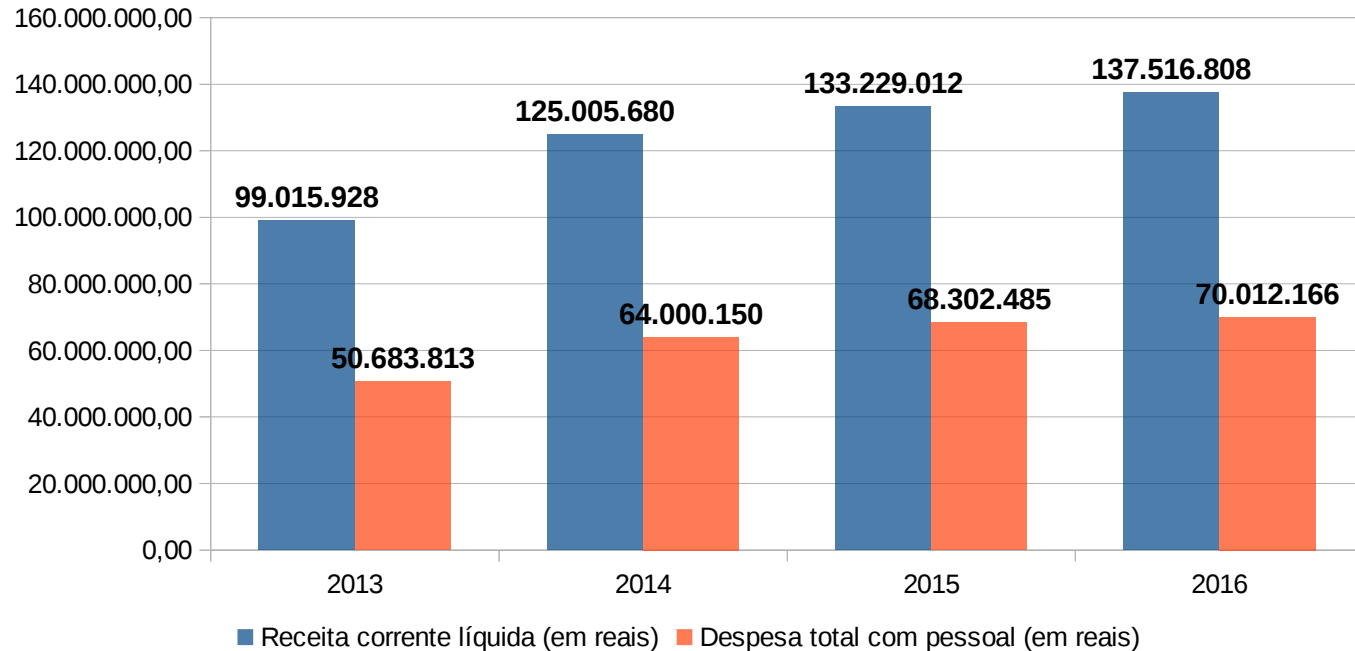


GASTO COM PESSOAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



Gasto com Pessoal

Gastos com Pessoal (em reais)



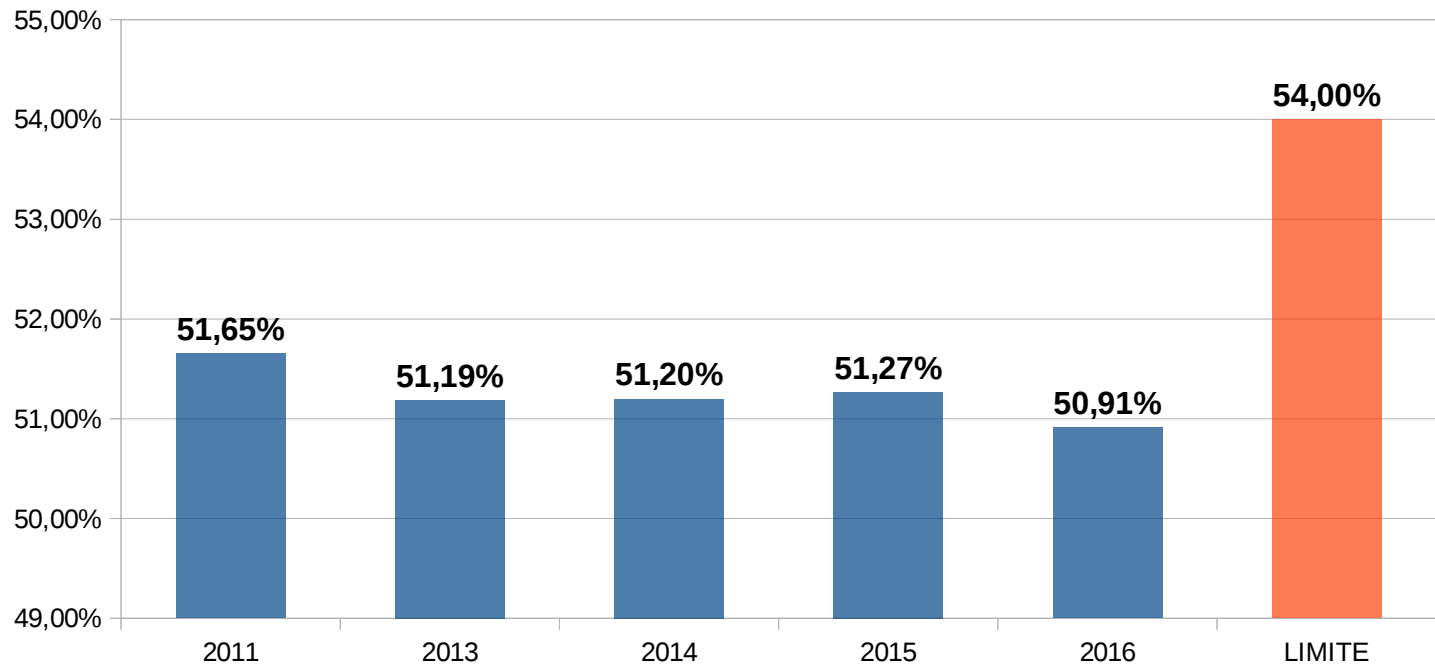
Fonte: Tesouro Nacional – Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Podemos ver acima a receita corrente líquida e as despesas com pessoal (pagamento dos servidores públicos) no município de Macaíba. Esses dados servem de base para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Lei de Responsabilidade Fiscal

Percentual de Gasto com Pessoal em relação à LRF



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Podemos observar que ao longo dos últimos 6 anos sempre existiu espaço para investimento nos servidores públicos conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais ainda, existe uma tendência de queda no gasto com servidores em relação a receita corrente líquida, como podemos ver. Apesar disso, não se pode dizer que existe uma folga das finanças municipais nesse aspecto. É necessário lutar contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

o governo federal aplica uma política econômica neoliberal para o orçamento da União com o objetivo de privilegiar o pagamento da dívida pública. Os investimentos em áreas como saúde, educação e os demais serviços públicos ficam para depois. Para isso existe a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, durante o governo FHC.

Em nome de uma suposta responsabilidade fiscal, ela impõe barreiras absolutas que impedem o aumento de investimentos em pessoas até um certo limite. Estabelece o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios(54% na esfera executiva e 6% na esfera legislativa). Já o limite para o governo federal é ainda menor: 50% do orçamento.

Nesse cenário, o pagamento da dívida é mais importante que os outros gastos. Caso a receita do Estado ou município for menor que o previsto, o governo não pode fazer investimentos, a não ser os de caráter obrigatório, constitucional.

É preciso organizar uma luta nacional contra a Lei de Responsabilidade Fiscal

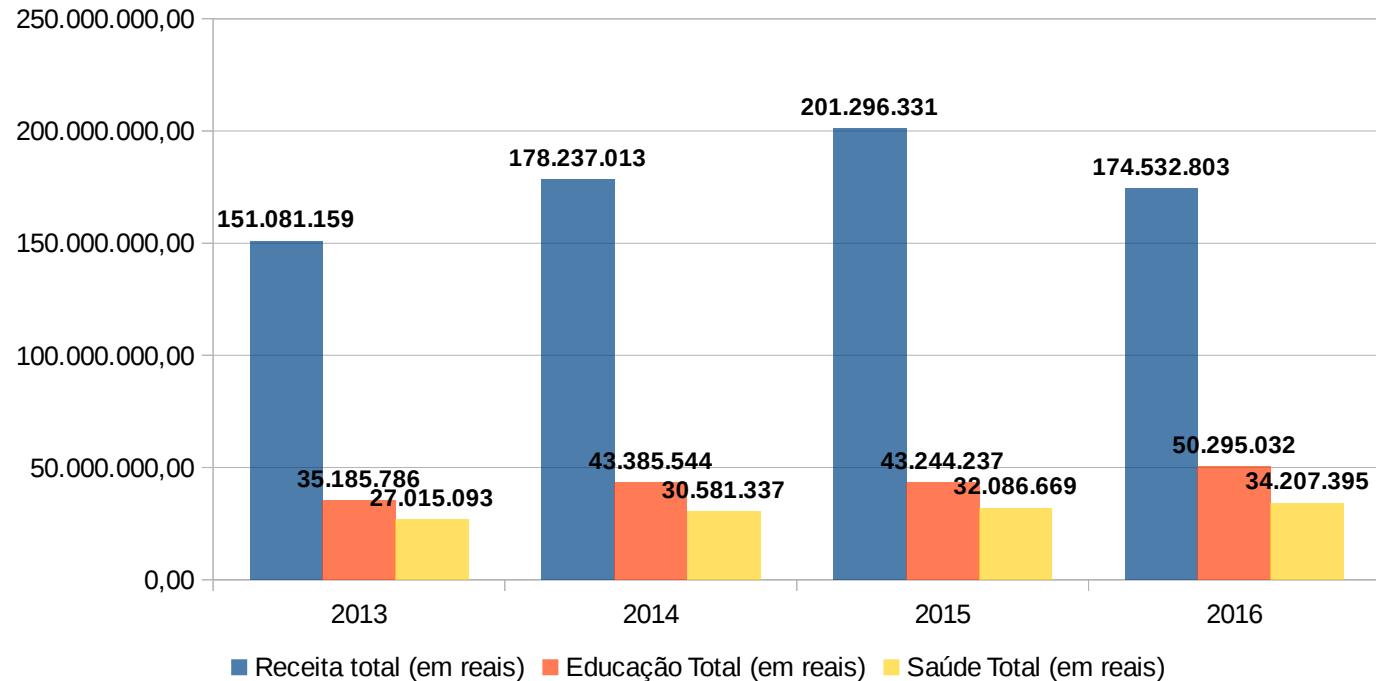


GASTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO



Gastos totais em saúde e educação

Gastos totais em educação e saúde

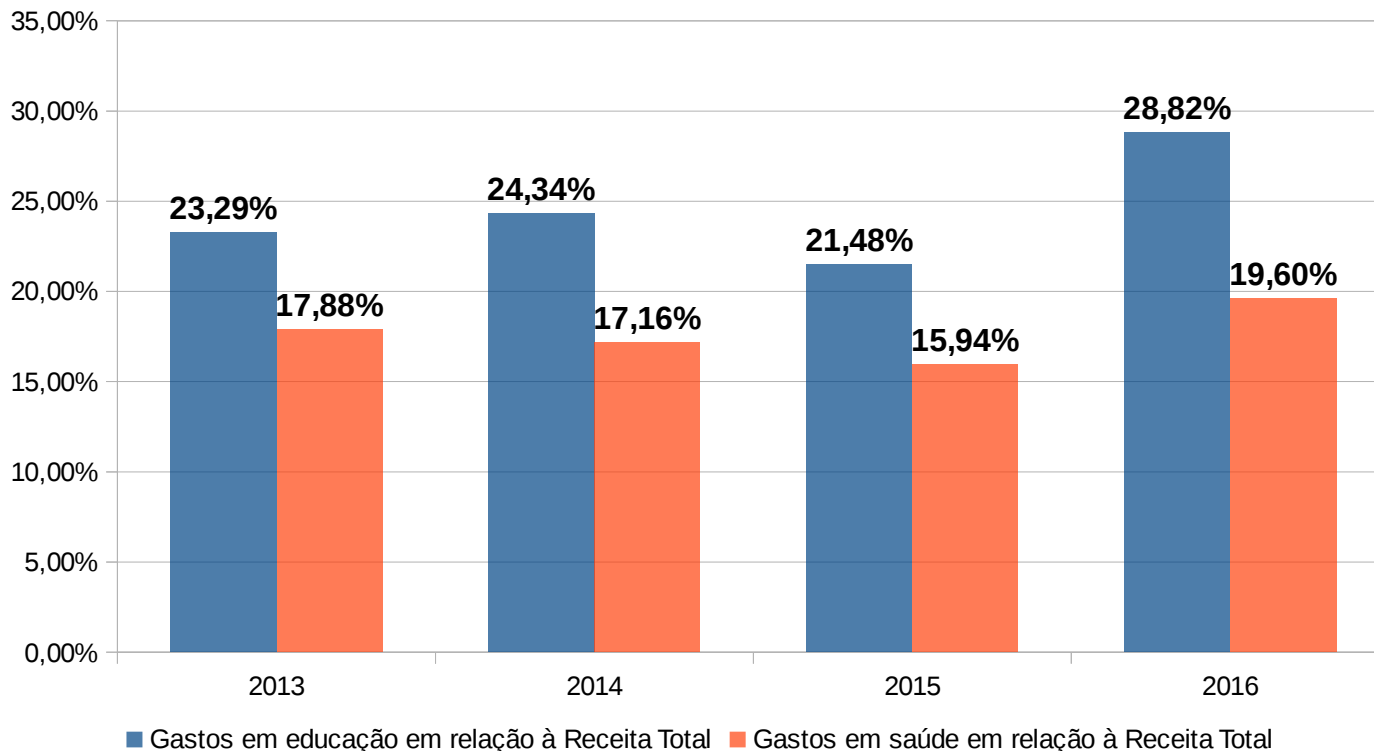


Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Portal Transparência do município. Elaboração: ILAESE

Acima indicamos os gastos totais em educação e saúde em relação a receita total do município nos últimos 4 anos.



Percentual investido em saúde e educação



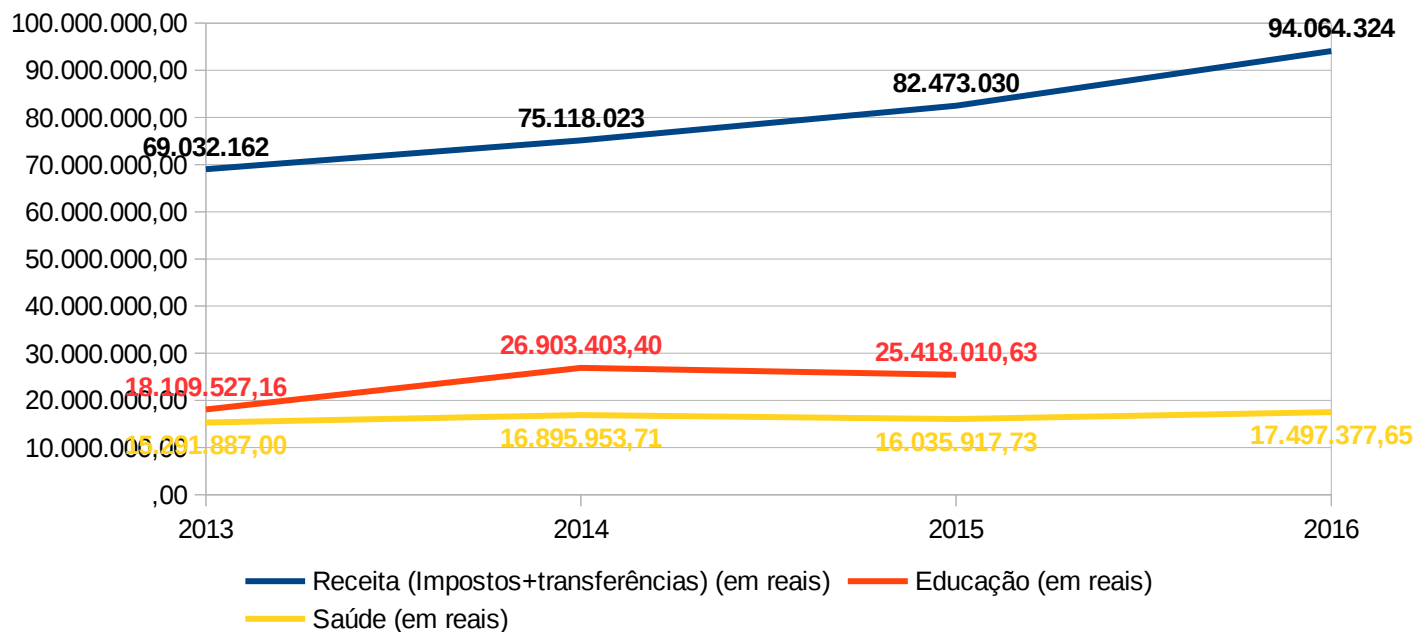
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Portal Transparência do município. Elaboração: ILAESE

Nesse gráfico podemos ver a variação percentual dos recursos aplicados em saúde e educação nos últimos 4 anos.



Gasto mínimo constitucional em Educação e Saúde

Mínimo Constitucional - Saúde e Educação



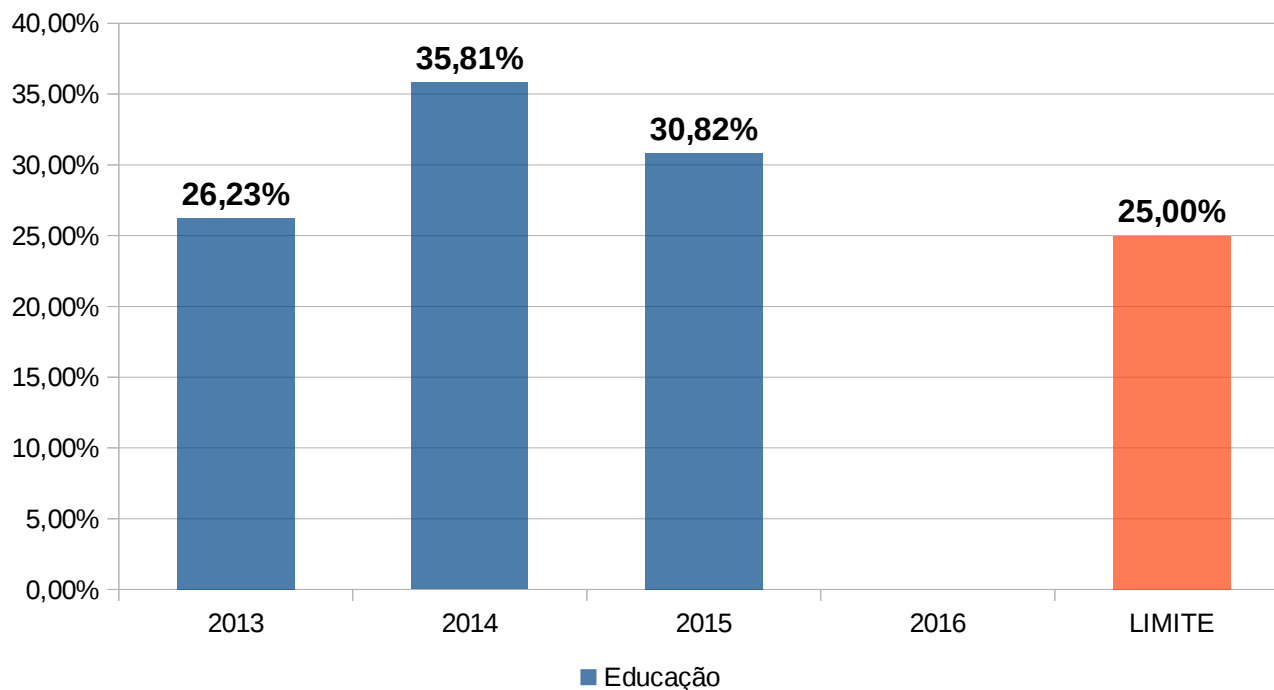
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Apesar da elevação dos gastos em Educação no último ano, o mesmo não acontece quando considerados os investimentos no setor tendo em vista os cálculos do mínimo constitucional do ensino. É nessa fatia que se encontra os gastos com educação básica. Nesse caso, os investimentos em educação e saúde caíram ou ficaram estagnados nos últimos 3 anos.



Gasto mínimo constitucional na Educação

Gasto mínimo constitucional em Educação



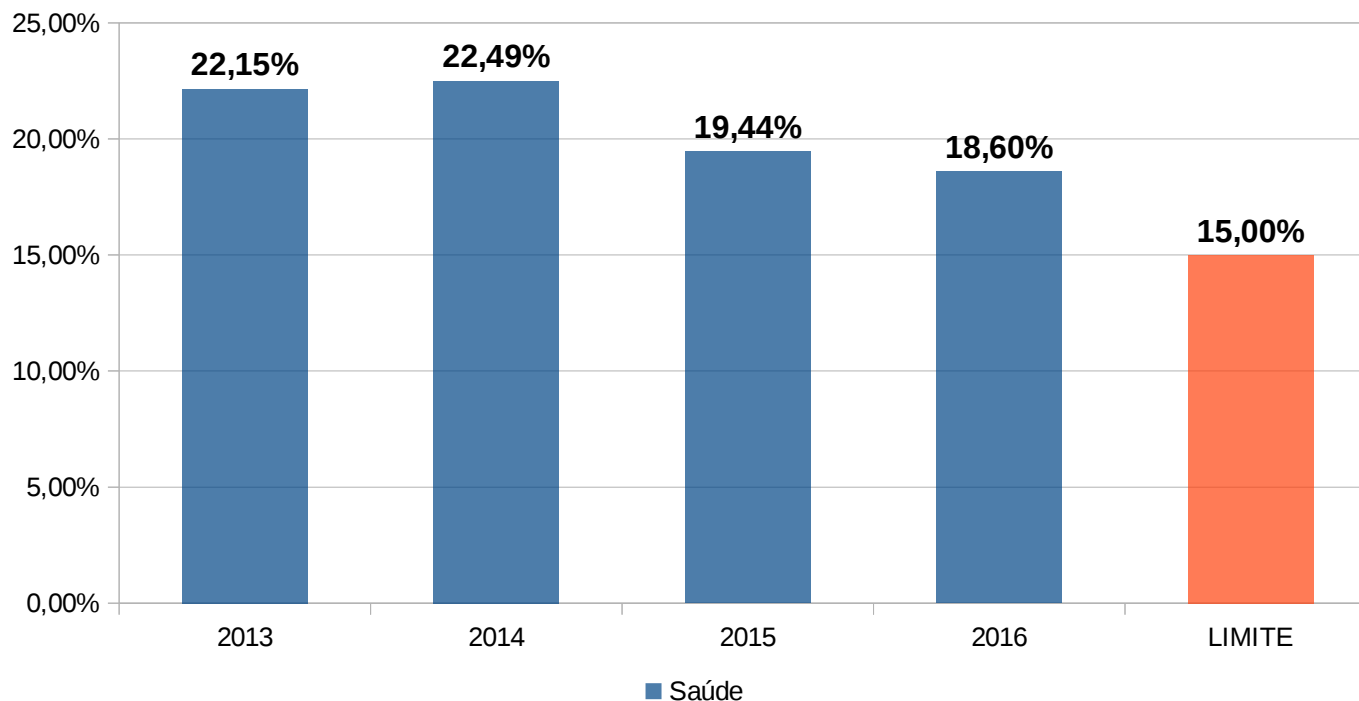
Fonte: Tesouro Nacional – Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Não foi disponibilizado dados dos gastos com educação básica em 2016, mas houve uma queda acentuada do percentual entre 2014 e 2015.



Gasto mínimo constitucional na Saúde

Percentual de investimento em saúde conforme o gasto mínimo constitucional



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

O mínimo constitucional da saúde é muito baixo, 15%, mesmo assim, esse valor caiu consideravelmente desde 2014: de 22,49% para 18,60%, se aproximando do piso.



Raio X nos investimentos em Educação

	2015	2016	Crescimento
Construção, Ampliação e/ou Reforma de Quadras e Ginásios Poliesportivas:	1.021.954,93	622.563,08	-39,08%
Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades de Ensino Infantil:	556.881,79	1.867.050,08	235,27%
Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação:	3.327.117,31	3.743.575,78	12,52%
Manutenção das Atividades do Ensino Infantil.	27.290,40	659.877,68	2317,98%
Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% (Fundamental):	5.201.085,17	5.500.325,21	5,75%
Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% (Infantil):	663.414,90	427.034,31	-35,63%
Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% (Fundamental):	24.628.387,75	25.968.835,91	5,44%
Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% (Infantil):	5.223.642,87	5.412.275,32	3,61%
Manutenção das Atividades do PNATE e/ou PETERN:	2.473.196,62	2.642.494,02	6,85%
Manutenção das Atividades do Salário Educação:	914.505,74	127.058,50	-86,11%
Manutenção das Demais Atividades do Ensino Fundamental:	1.045.435,77	1.556.506,46	48,89%
Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):	1.451.612,88	1.767.435,46	21,76%

Fonte: Portal da Transparência de Macaíba. Elaboração: ILAESE

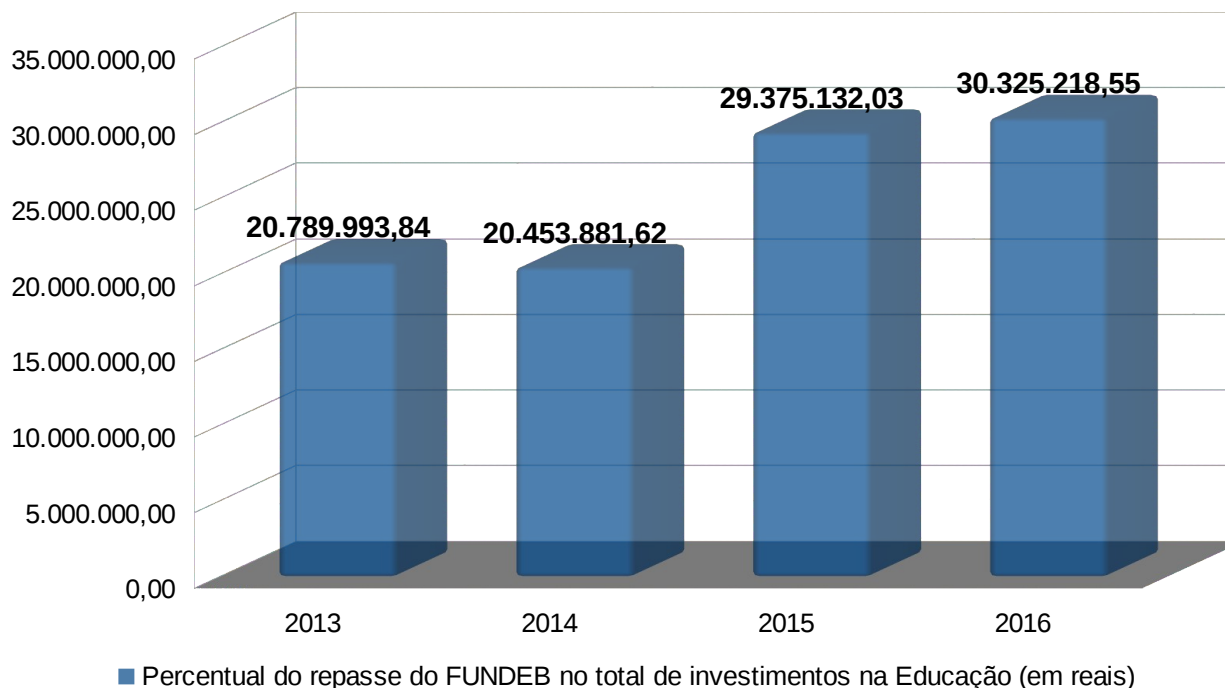


TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: FUNDEB E SUS



Transferência de Recursos do FUNDEB

FUNDEB - Transferência Bruta

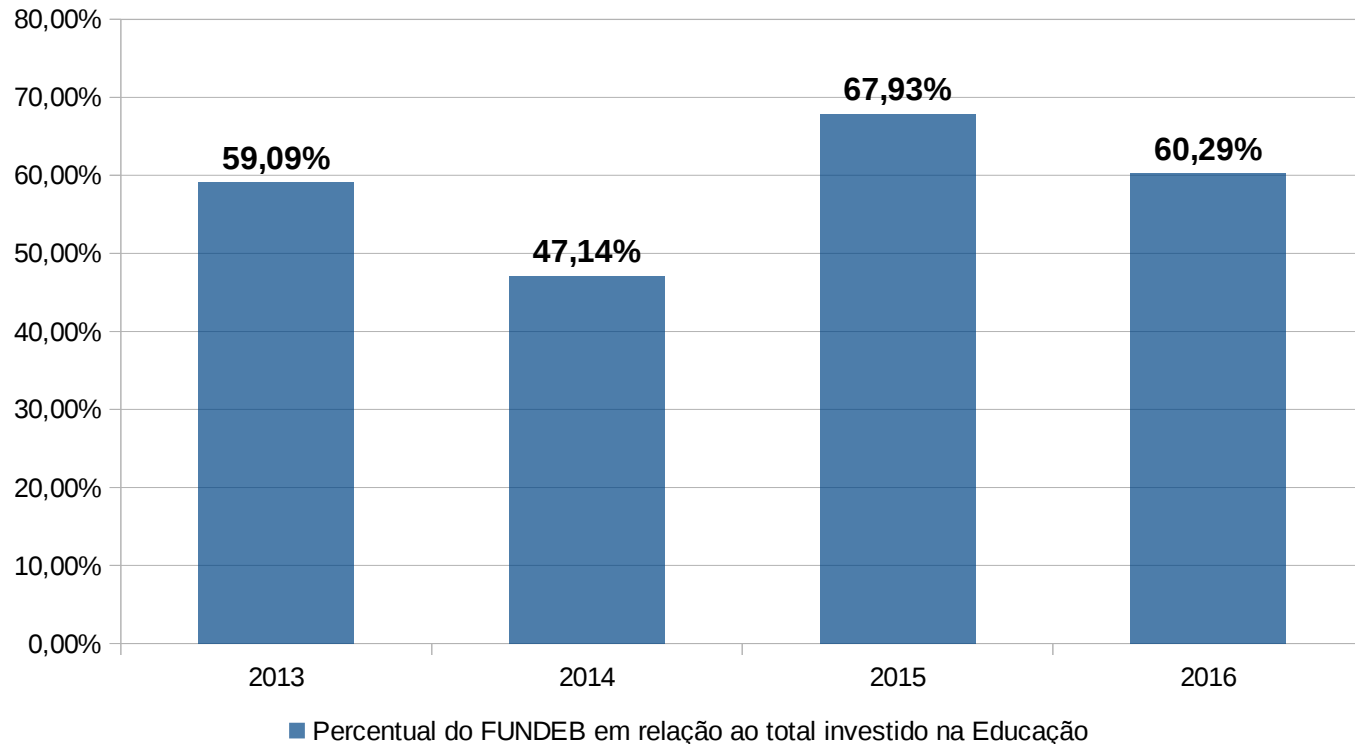


Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

A receita do FUNDEB para a educação deu um salto considerável entre 2014 e 2015, mas ficou quase estagnada entre 2015 e 2016.



Percentual do FUNDEB nos gastos totais em Educação

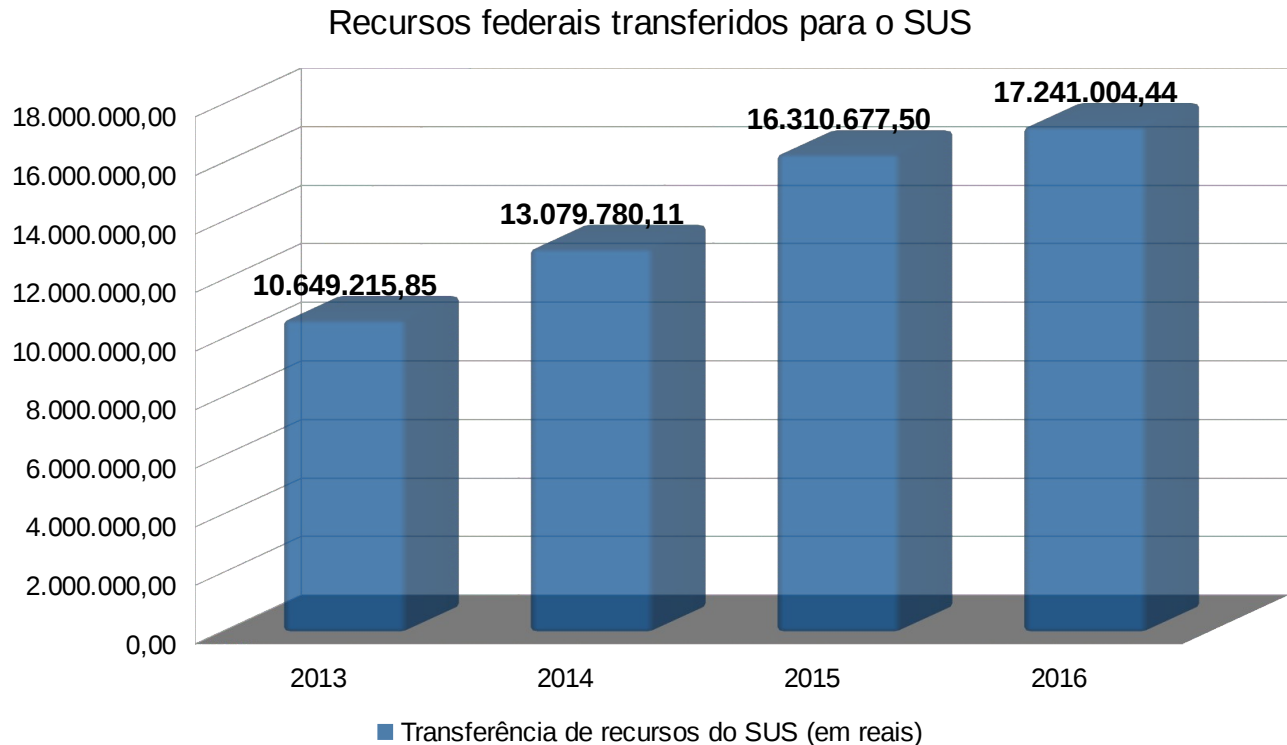


Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, a maior parte do orçamento da educação é relativo aos recursos transferidos pelo FUNDEB. Em 2015-201 esse percentual foi sempre superior a 60%.



Transferência de Recursos do SUS



Fonte: Siops - datasus. Elaboração: ILAESE

Os recursos para o SUS também cresceram consideravelmente em todo esse período. Um crescimento de 62% entre 2013 e 2016.



Resumo: Detalhamento dos gastos em Educação

	2013	2014	2015
12 - Educação	34.121.684,17	42.771.333,42	45.172.761,22
12.361 - Ensino Fundamental	27.501.200,83	33.404.712,21	35.614.874,76
12.362 - Ensino Médio			
12.363 - Ensino Profissional			
12.364 - Ensino Superior			
12.365 - Educação Infantil	4.341.516,35	6.946.056,11	6.515.552,28
12.366 - Educação de Jovens e Adultos			
12.367 - Educação Especial			
12.368 - Educação Básica			
12.999 - Demais Subfunções Educação	2.278.966,99	2.420.565,10	3.042.334,18

Fonte: Tesouro Nacional – Siconf e Portal Transparência do Município. Elaboração: ILAESE

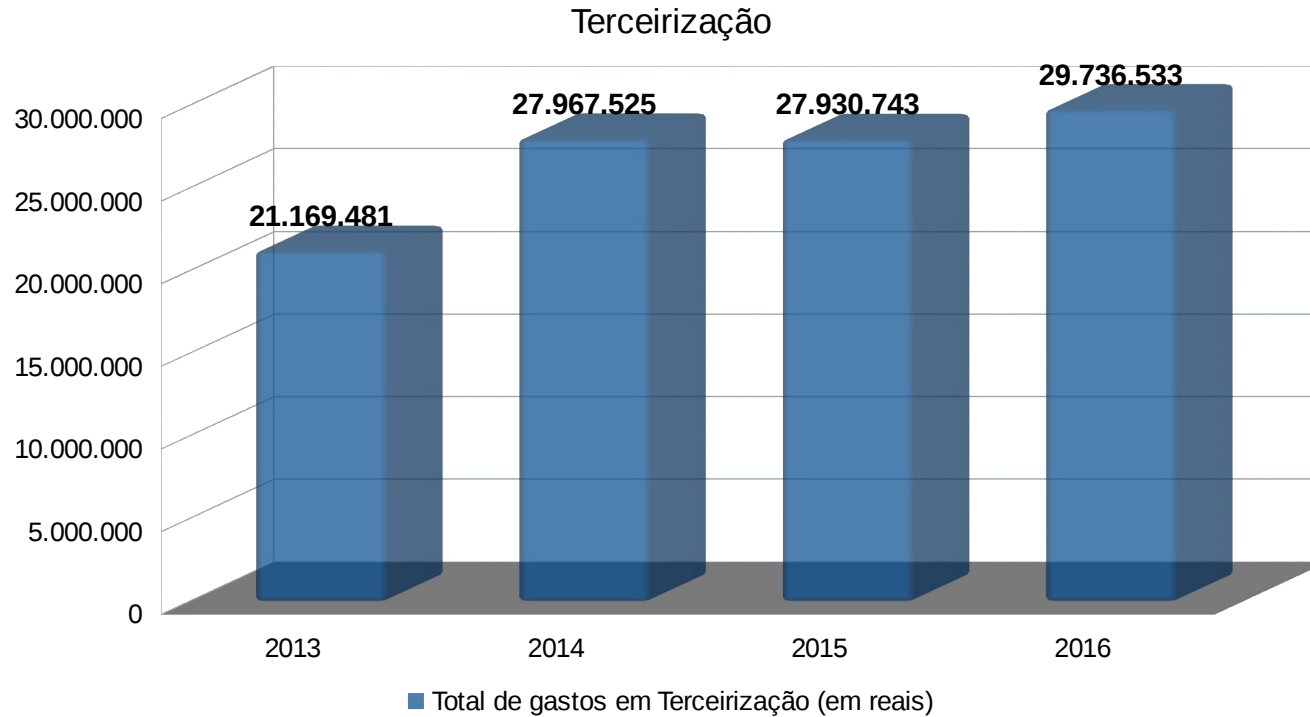
Os valores de gasto total em Educação, aqui apresentados, não coincidem com os expostos nos slides anteriores porque os critérios do balanço financeiro geral de uma prefeitura e aqueles usados fundo nacional de educação são diferentes. Por exemplo, esse último não contempla gastos em transporte escolar como sendo em Educação.



TERCEIRIZAÇÃO



Análise dos gastos em Saúde



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

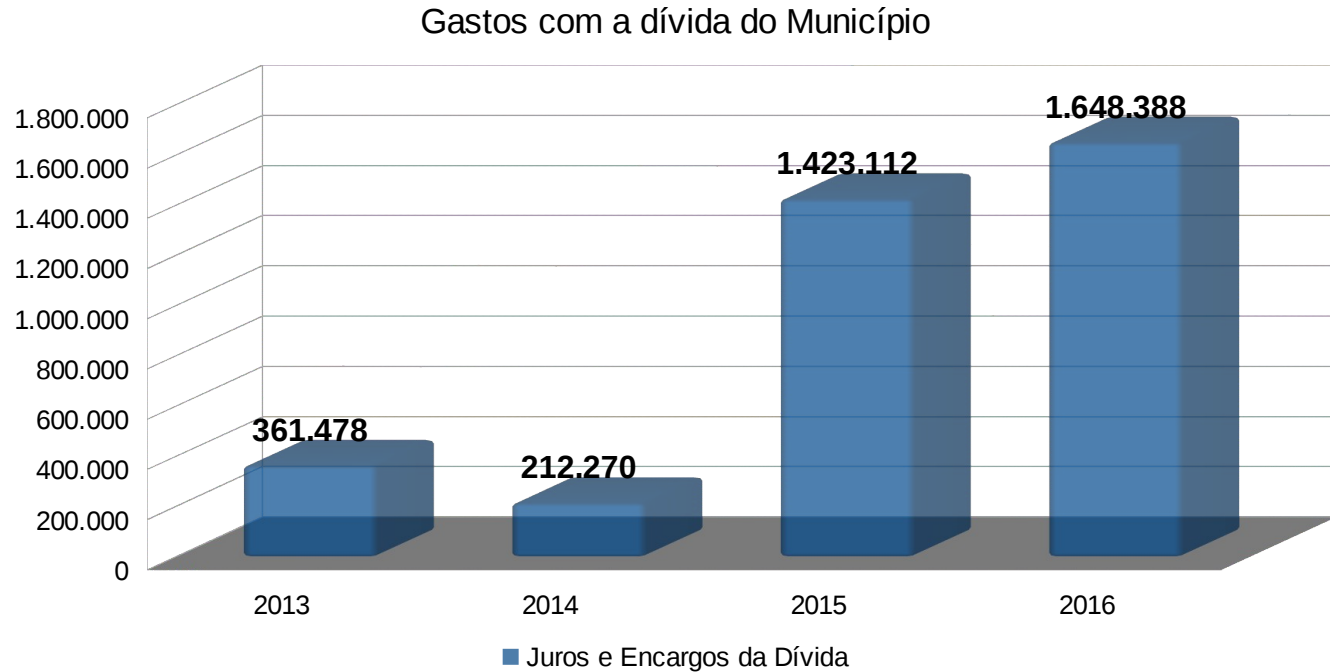
Os gastos com terceirização ocupam em média pouco mais de 20% da receita total do município. Sendo, inclusive, superiores ao montante destinado a educação básica para o cálculo do mínimo constitucional.



GASTOS COM A DÍVIDA



Gastos com a dívida



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Mas nada cresceu tanto na prefeitura de Macaíba como os gastos com a dívida do município. Esses gastos dispararam em 2015. Um crescimento de 355% em 4 anos.



CONCLUSÕES

O crescimento das receitas da prefeitura de Macaíba foram bem superiores a inflação nos últimos 6 anos, o que possibilita ampliação nos investimentos.

O balanço da prefeitura acumula saldos cada vez maiores em todos os anos entre 2011 e 2015.

A maior parte dos investimentos em Educação são oriundos de recursos vinculados do FUNDEB.

Existe espaço para investimento levando em conta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas opinamos que essa lei não pode ser um obstáculo, pois foi feita para garantir o pagamento da Dívida Pública e não garantir investimentos em áreas sociais.

A terceirização ocupa mais de 20% das receitas do município.